



REFORÇAR A OPOSIÇÃO E CONSTRUIR UMA REDE DE ACTIVISMO LOCAL

As eleições autárquicas de 9 de Outubro conduziram a um quadro político local não muito diverso do anterior, em que o PSD mantém a maioria nas presidências dos municípios e das juntas de freguesia a nível nacional. Em termos distritais, ganha a maioria das câmaras ao PS no distrito de Braga e empata em Portalegre, mas cede em Castelo Branco e Faro. O PCP perde para o PS em Évora, o único distrito onde tinha maioria, e fica com o maior número de municípios na Área Metropolitana de Lisboa. Em síntese, o corporativismo autárquico organizado na ANMP e na ANAFRE manter-se-á sob a alçada do PSD.

A falta de transparência e as políticas municipais inimigas do ambiente e da participação cidadã prosseguirão, contra as populações e o território, nos próximos quatro anos. Torna-se preocupante a eventual coligação PS/PSD para alteração da lei eleitoral das autarquias, tornando os órgãos municipais menos representativos e menos democráticos, favorecendo o poder unipessoal dos presidentes de câmara, o caciquismo e a corrupção. Para se modernizar e democratizar, o país precisa de um caminho inverso. É essencial construir uma oposição combativa contra o continuismo, concelho a concelho, a partir de agendas políticas locais em torno do nosso programa autárquico, sustentada na rede de autarcas eleitos por todo o país nas listas do Bloco.

O Bloco de Esquerda quer ser uma alternativa política para todos os que não desanimam e estão determinados na oposição ao social-liberalismo do PS. A eleição de mais de 350 autarcas no país, com responsabilidades políticas concretas no combate por programas locais alternativos, potencia uma nova escala na organização da nossa intervenção autárquica, que tem de ser descentralizada, aberta e eficiente, para responder à participação de muitos aderentes do Bloco e independentes.

Neste sentido, a Mesa Nacional decide:

1. Definir como regra inalienável de todas/os as/os eleitos pelo Bloco o desempenho das suas tarefas em função do estrito respeito pelos compromissos assumidos na campanha (programas autárquicos nacional e local); recusar qualquer aliança com a direita e com quem estiver acusado em actos de corrupção.
2. Apreciar cada proposta/moção/iniciativa das outras forças, em função do seu mérito intrínseco, decidindo sempre de acordo com os nossos compromissos políticos locais e nacionais.
3. Na eleição dos vogais das juntas de freguesia, bem como dos presidentes e secretários de mesa



das assembleias municipais e de freguesia, seremos oposição às propostas da direita; os nossos eleitos, quando em minoria, não devem participar na constituição das mesas; se depender do(s) voto(s) do Bloco, apreciaremos a viabilização da formação de executivos de freguesia à esquerda, mesmo sem a participação do Bloco; a eventual presença de eleitos do Bloco, em minoria, em juntas de freguesia, será sempre uma situação excepcional, a ponderar especificamente.

4. A próxima reunião da Mesa Nacional aprovará a composição e objectivos da Comissão Nacional Autárquica, definida nos termos da resolução da Convenção para a coordenação nacional do trabalho, preparação de documentação, divulgação de informação e acções de formação.

5. Recomendar a todas as coordenadoras distritais a constituição de Grupos de Trabalho Autárquicos concelhios, em particular nos municípios onde foram eleitos autarcas; estes Grupos de Trabalho devem ter formas de ligação à respectiva concelhia, mas terão funcionamento próprio e constituirão o centro da actividade autárquica nos respectivos âmbitos; devem ser compostos por eleitos e por outros membros das listas interessados na participação cívica, para articulação da nossa intervenção nos órgãos municipais e de freguesia (preparação das reuniões, definição do sentido de voto, elaboração de propostas e moções, outras iniciativas de carácter autárquico). É de sublinhar a importância da constituição destes grupos abertos, porque devem desenvolver o trabalho dos nossos eleitos, e porque permitem que as concelhias e distritais não fiquem totalmente absorvidas pelo trabalho autárquico, mas pelo contrário desenvolvam as campanhas, iniciativas e trabalho de organização e intervenção social que tem que ser a marca do Bloco.

6. A rede destes Grupos de Trabalho será articulada pela Comissão Nacional Autárquica, que lhe proporcionará apoio político e técnico, recorrendo aos meios e contactos de que o Bloco disponha e, dentro de um ano, a Mesa avaliará o desenvolvimento do trabalho dos eleitos e, em função disso, a forma de organização que este deve assumir.

22.Out.2005

A Mesa Nacional